

Artigo:

Educação do campo: desafios e possibilidades na promoção do protagonismo infantil nos anos iniciais do ensino fundamental

Countryside education: Challenges and possibilities in promoting children's protagonism in the early years of elementary school

Educación de campo: Retos y posibilidades para promover el protagonismo infantil en los primeros años de la escuela primaria



ANDRADE, J.

Jaqueline de Andrade

Pós graduada em: Educação do Campo pela FAVENI em 2023; Graduada em Pedagogia pela FCT/UNESP em 2013; Professora Educação Básica anos iniciais do ensino fundamental efetiva desde 2016 (SEDUC-SP). e-mail: jaquelinepedagogia92@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a educação do campo e ela possui uma realidade diferente da que existe na cidade, portanto o conteúdo utilizado em uma escola do campo deve estar de acordo com esta realidade e garantir a todos o direito à educação. Neste artigo, buscamos compreender os desafios e oportunidades da prática docente da primeira infância em uma escola do campo. As diretrizes curriculares, como justificativa, estipulam que a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental sejam ofertados nas próprias comunidades rurais, evitando assim a nucleação em escolas urbanas e o deslocamento de crianças e adolescentes para os centros urbanos. A escola do campo deve romper com suas estruturas físicas, superar os muros e fazer com que o sujeito enxergue diferentes formas de realidade, priorizar as experiências cotidianas, fortalecer o senso comum e transformar essa educação em uma verdadeira educação do campo. A metodologia do trabalho é qualitativa e bibliográfica, trazendo informações significativas ao leitor.

Palavras-Chave: Protagonismo Infantil. Educação do Campo. Desafios e Possibilidades.

Ets Educare
Revista de Educação e Ensino
Educare et Sabere, Curitiba, Brasil
e-ISSN: 2965-4165
Periodicidade: Fluxo Contínuo
n.2, v.2, 2024

URL: <https://esabere.com/index.php/educare>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons 4.0 Internacional
Copyright (c) do(s) Autor(es)

ANDRADE, J.. Educação do campo: desafios e possibilidades na promoção do protagonismo infantil nos anos iniciais do ensino fundamental. **Ets Educare** – Revista de Educação e Ensino, Curitiba, n.2, v.2, p.148-164, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11051343>

Abstract

This article aims to present rural education and it has a different reality than what exists in the city, therefore the content used in a rural school must be in accordance with this reality and guarantee everyone the right to education. In this article, we seek to understand the challenges and opportunities of early childhood teaching practice in a rural school. The curricular guidelines, as a justification, stipulate that early childhood education and the first years of primary education are offered in rural communities themselves, thus avoiding nucleation in urban schools and the displacement of children and adolescents to urban centers. The rural school must break with its physical structures, overcome the walls and make the subject see different forms of reality, prioritize everyday experiences, strengthen common sense and transform this education into a true rural education. The methodology of the work is qualitative and bibliographic, providing significant information to the reader.

Keywords: Child Protagonism. Rural Education. Challenges and Possibilities.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar la educación rural y tiene una realidad diferente a la que existe en la ciudad, por lo tanto los contenidos utilizados en una escuela rural deben ser acordes con esta realidad y garantizar a todas las personas el derecho a la educación. En este artículo buscamos comprender los desafíos y oportunidades de la práctica docente de la primera infancia en una escuela rural. Los lineamientos curriculares, como justificación, estipulan que la educación inicial y los primeros años de educación primaria se ofrecen en las propias comunidades rurales, evitando así la nucleación en escuelas urbanas y el desplazamiento de niños y adolescentes hacia los centros urbanos. La escuela rural debe romper con sus estructuras físicas, superar los muros y hacer ver al sujeto formas diferentes de la realidad, priorizar las experiencias cotidianas, fortalecer el sentido común y transformar esta educación en una verdadera educación rural. La metodología del trabajo es cualitativa y bibliográfica, aportando información significativa al lector.

Palabras-clave: Protagonismo infantil. Educación Rural. Retos y posibilidades.

INTRODUÇÃO

A educação do campo pouco se preocupou com aqueles que estão distantes da realidade rural. Há políticas públicas historicamente incipientes relacionadas à educação de sujeitos do chamado campo ou campo. Até pouco tempo atrás, quando se pensava em "pessoas do campo", era comum pensar que não precisavam ler e escrever para trabalhar a terra.

Essa realidade pode ser mudada com a implementação de legislações já aprovadas no Brasil. Dentre elas, podemos citar a Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que em seu artigo 28 estipula que a educação do campo tem currículo e metodologias correspondentes aos interesses dos alunos, organização escolar própria, com um calendário correspondente à sua realidade.

Tendo como justificativa o ensino no campo tem uma realidade social diferente da cidade e, por isso, os conteúdos utilizados em uma escola do campo devem estar de acordo com essa realidade e ter relação direta com o cotidiano de determinada região. Este é um desafio para o professor, pois exige a conscientização de seu papel de mediador na sociedade, mostrando a importância do homem do campo e sua contribuição para a transformação da realidade social.

Ao mesmo tempo, os estudos sobre a infância enfatizam a importância da participação ativa das crianças em diversos âmbitos, tanto em outras práticas sociais nas quais estão inseridas quanto como protagonistas de sua própria aprendizagem. Desde a década de 1980, cientistas têm contribuído para a concepção e reconhecimento da criança como sujeito social e autor de sua própria vida. Esses estudos nos deram uma contribuição fundamental para repensar o papel que a criança tem diante das demandas da sociedade, que fazem parte do cotidiano infantil (FRIEDMANN, 2018).

Vale ressaltar que no tempo atual nos trouxe novos desafios relacionados a educação, mas as maiores dificuldades sem dúvida são em garantir uma educação de qualidade para os alunos do campo, poderia citar vários motivos aqui, localização,

dificuldades financeiras, desconhecimento de tecnologia por parte dos pais, baixa renda, analfabetismo dos pais, falta de recursos tecnológicos dos alunos e provedores de internet etc.

As escolas do campo são um espaço representativo e muito importante para a garantia dos direitos das comunidades onde estão inseridas. O modelo de educação do campo, que ainda hoje está presente em várias escolas, reproduz a cidade como um ideal a ser conquistado, coloca o campo como algo inferior, a escola onde trabalho, por exemplo, tem turmas de ensino fundamental organizadas de forma de aula, os professores, salvo diferenças já existentes nos níveis de aprendizagem, frequentam diferentes níveis de ensino na mesma sala de aula.

BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DESAFIOS E POSSIBILIDADES

No início do século passado, o governo incentivou a criação de várias instituições de ensino no meio rural para atender crianças de famílias carentes (principalmente meninos), programas inclusivos que por vezes se tornavam bastante excludentes por focarem apenas no benefício em seus próprios objetivos. classe masculina e não permitia financiar uma educação profissional satisfatória.

Em 1930, apesar da Diretiva Educacional apontar para a organização do ensino rural em nível nacional, este ainda estava subordinado ao ensino urbano, pois continuava a seguir planos elaborados em grandes centros que não levavam em conta a estrutura organizacional do ensino rural em 1930, embora fosse administrado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, preferia apenas duas classes de indústria e comércio.

Excluída da agricultura e aglomerada nos centros urbanos, a população rural tornou-se alvo de campanhas educativas cujo único objetivo era manter os homens e mulheres do campo no campo. Nos grandes centros urbanos, os problemas sociais seriam mais visíveis, de modo que a educação básica e o ensino primário começaram a ser oferecidos, incluindo estratégias políticas de "colonização agrária". Nesse contexto, a

educação do campo deixa de ser um direito adquirido e passa a ser um plano social, em oposição à assistência social.

A constituição de 1937 exigia que sindicatos e empresas privadas, principalmente rurais, oferecessem cursos técnicos nas áreas que habitassem, chegando-se a dizer que o Estado deveria contribuir com essa norma, mas ela nunca foi regulamentada, pouco colocada em prática. . prática. Na constituição de 1946, a União continua responsável pela educação. E desde então, os fundos têm ido para as despesas com a educação e a oferta de educação primária gratuita. Ele tornou obrigatório que as empresas industriais e comerciais ensinassem seus pequenos trabalhadores, mas deixou de fora as empresas agrícolas e novamente negligenciou as comunidades rurais.

A União organizará os sistemas federais e territoriais de ensino, financiará as instituições educacionais públicas federais e exercerá papel redistributivo e complementar em matéria educacional para garantir a igualdade de oportunidades educacionais e um padrão mínimo de qualidade na educação por meio da assistência técnica. e financeiro para estados, distrito federal e municípios (CONTITUIÇÃO NACIONAL, 1946).

Com todas essas tentativas de manter a população rural no campo, a migração para os centros urbanos continua gerando problemas habitacionais e crescendo em ritmo acelerado. A LDB de 1961 revela especial interesse e apoio à educação nas comunidades rurais, mas a LDB de 1971 (Lei nº 5.692/71) privilegia a formação em escolas apenas para o mercado de trabalho. A LDB de 1996 reconhece a diversidade sociocultural, o direito à igualdade e ao respeito às diferenças nos artigos 3º, 21, 26 e 61, mas não se distancia definitivamente do processo de educação global, ou seja, o homem do campo volta a ser submetido educação futura. dos grandes centros urbanos, que é obrigada a se adequar ao modelo dessa educação.

Embora descritos na LDB, todos esses direitos continuaram sendo negados aos homens/mulheres do campo. A Constituição de 1988 garantiu, assim, direitos sociais e políticos, inclusive o acesso à educação básica. Arte. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser apoiada e promovida em cooperação com a sociedade no que respeita ao pleno desenvolvimento da pessoa, à sua preparação para o

exercício da cidadania e à sua qualificação para o exercício de cidadania. cidadania. trabalhar. A Emenda à Constituição nº 14 de setembro de 1996 e a Lei nº 9.424/1996 instituíram o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Extensão de Professores, alterada pela Lei nº 9.424, de 24 do mesmo ano e Decreto nº 2.264 de junho de 1997.

Porém, só entrou em vigor em 1º de janeiro de 1998. A partir dessa data, iniciou-se uma nova redistribuição de recursos destinados à educação básica: 25% das receitas estaduais e municipais para a educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos (representando 15% do total de estados e municípios) são destinados à educação básica. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e aplicação de 15% dos principais impostos estaduais e municipais e promove o compartilhamento de recursos entre o governo estadual e seus municípios de acordo com o número de alunos atendidos por cada rede de ensino.

A sociedade em suas diversas esferas passa por mudanças ao longo dos anos. A educação, se possível, incorpora essas mudanças e dá conta de seus efeitos para que, ao restabelecer a linha histórica, possa identificar a trajetória, o modelo educacional compensatório para a população do campo, bem como indagar sobre a educação. que deve ser trabalhado e seu significado neste contexto.

Historicamente, a Educação do Campo foi realizada vinculando-se ao modelo de educação urbana, evidenciando o desconhecimento das especificidades do processo educacional do campo, como nos mostra Leite (1999, p. 14):

A educação rural no Brasil sempre foi relegada a um patamar inferior por razões socioculturais, tendo como pano de fundo ideológico o acentuado elitismo do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, popularmente conhecida em Isso é coisa da cidade.

As políticas de educação do campo são baseadas em projetos, programas e campanhas sem continuidade. Desde a década de 1940, a educação brasileira inclui uma matriz curricular urbanizada e industrializada, caracterizada pelos interesses sociais,

culturais e educacionais das elites brasileiras como primordiais para todos os brasileiros.

Souza e Reis (2009) destacam que a educação do campo foi historicamente marginalizada na formulação de políticas públicas e muitas vezes vista como uma política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisas no espaço acadêmico ou na formulação curricular em diferentes níveis e modalidades de ensino.

[...] a imagem que a gente sempre tem na academia, na política, nos governos, é que vale tudo para uma escola do campo. Você não precisa de muitas letras para usar uma enxada. Para sobreviver com uns trocos não levou manta na feira, não precisa de muitas cartas. Nossa história é dominada pela imagem de que uma escola do interior deve ser apenas uma escola do interior para as primeiras letras. Uma escola falha, não falha, onde um professor que mal sabe ler ensina alguém a não ler nada (ARROYO, 1999, p. 16-17).

Em geral, a escola era vista como um local de "contra educação rural"; baseado meramente em ensinar ao homem do campo as operações elementares de leitura, escrita e aritmética. Eles não consideravam que esses homens tivessem direito e igualdade de acesso à educação escolar.

Somente com a consciência da importância de se construir uma escola do campo que conte com as exigências físicas e, sobretudo, culturais da natureza rural, se construirá uma escola que as respeite e cumpra a legislação educacional brasileira. Na educação do campo, é preciso levar em conta a diversidade contida nos espaços rurais e considerar as características de cada lugar, bem como os saberes ali encontrados nos currículos escolares. A Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação (Lei nº 9.394/1996) aponta em seu Art. 28 que:

Arte. Art. 28. No oferecimento de educação básica à população rural, os sistemas educacionais devem promover as adaptações necessárias para atender às peculiaridades da vida rural e de cada região, em especial:
I - Conteúdo curricular e metodologia adequados às reais necessidades e interesses dos alunos do meio rural;

- II - a organização própria da escola, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho no campo (BRASIL, 1996).

O texto legislativo chama a atenção para questões muito importantes, como a valorização da cultura e a especificidade do povo camponês. Portanto, é preciso adequar o programa de educação escolar sem desrespeitar seus hábitos, crenças e modo de vida.

A educação rural é um método de educação que ocorre nas chamadas áreas rurais. Aplica-se a qualquer espaço educacional localizado nas áreas de floresta, agricultura, mineração e agricultura. Além de áreas de caça, populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. Destina-se à população rural nas diversas produções de vida já citadas, bem como à educação para quilombolas, assentamentos ou comunidades indígenas.

Atualmente, o esforço é compreender o funcionamento do processo educativo da educação do campo no que diz respeito aos aspectos culturais e sociais desse povo. Dessa forma, há interesse em adequar procedimentos educacionais voltados para esse público. Além disso, as universidades federais ofereciam cursos de licenciatura em educação do campo voltados à formação de profissionais para atuação em escolas do campo.

De acordo com a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, em seu art. 1º, a educação do campo compreende, além da educação profissional e técnica, o nível de ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Sua finalidade é atender a população rural em suas diversas formas de produção de vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2008).

Os entes federados devem criar formas de cooperação para o planejamento e implementação da educação do campo. Esta modalidade visa generalizar o acesso de qualidade, a permanência e o sucesso escolar a todos os níveis do ensino básico.

De acordo com o artigo 3º da Resolução nº 2/2008, a educação na primeira infância e no primeiro nível do ensino básico será sempre oferecida nas próprias comunidades rurais, sem processo de nucleação de escolas e afastamento de crianças. Além disso, este artigo enfatiza que as crianças da educação infantil não devem ser agrupadas com as crianças do ensino fundamental, ou seja, cada série escolar deve frequentar uma turma separada (BRASIL, 2008).

Arte. 7. A educação do campo deve sempre oferecer aos alunos o indispensável suporte pedagógico, incluindo condições adequadas de infra-estrutura, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, bibliotecas e equipamentos de lazer e esportes, de acordo com as realidades locais e a diversidade dos povos do campo. atendimento ao artigo 5º da Instrução Operacional da educação básica nas escolas do campo.

§ 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre a população a que atendem quanto à atividade econômica, estilo de vida, cultura e tradições.

§ 2º A formação pedagógica adequada à educação do campo e as oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com profissionais comprometidos com suas especificidades devem ser sempre levadas em consideração na contratação e formação inicial e continuada de docentes e docentes de apoio ao trabalho docente (BRASIL, 2008).

No artigo 7º da resolução, há a preocupação com a adequação do processo de ensino, espaço físico, formação inicial e contínua dos profissionais que irão atuar nas escolas do campo. É imperativo que essas instituições de ensino considerem as necessidades dos alunos que vivem em áreas rurais.

Além disso, a escola deve possuir infraestrutura, materiais e livros didáticos adequados, equipamentos, laboratórios, biblioteca e instalações de lazer e esportes de acordo com a realidade local e as diferenças das pessoas do campo. O acesso a estes recursos materiais apoia o trabalho desenvolvido pelo professor e contribui para o enriquecimento cultural do aluno.

E quando se trata do processo de formação de professores e profissionais de apoio pedagógico, é necessário que a formação acadêmica esteja em consonância com as

especificidades da educação do campo, tanto na formação inicial quanto na atualização e aperfeiçoamento desses profissionais.

Arte. 11. Reconhecendo que o desenvolvimento rural deve ser integrado, que representa a educação do campo em seu eixo integrador, recomenda que os entes federativos - união, estados, distrito federal e municípios - trabalhem no sentido de formular as ações dos diversos setores que participam desse desenvolvimento .principalmente os municípios, dada a sua condição de estarem mais próximos dos locais onde vive a população rural (BRASIL, 2008).

É necessário haver uma política educacional voltada para esse público, para isso se destaca o papel da educação cidadã apresentado por Paulo Freire em sua obra “A educação como prática da liberdade” (FREIRE, 1981), que será apresentada a seguir. Além desse aspecto, deve haver o respeito às condições de vida desse público-alvo, hoje tão diverso: desde produtores rurais, quilombolas, sem-terra, ribeirinhos, etc. estudar você precisa de planejamento de vida, organização do tempo de acordo com a sua realidade e não apenas ir para a escola.

PROTAGONISMO INFANTIL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O protagonismo infantil é de suma importância para a participação das crianças em diversos âmbitos, pois permite que elas tenham voz e um lugar neste espaço, sintam-se parte de um grupo, de escolhas e decisões. A fala nem sempre está presente nesta reunião. Ao ouvir a criança, o educador prontamente abre um espaço que possibilita suas escolhas e o diálogo entre elas, fortalecendo assim o protagonismo da criança.

É a partir dessa concepção dialógica de trocas e espaço democrático que o professor Altino José Martins Filho (2006, p. 37) afirma que a escola de educação infantil deve ser vista como:

[...] um espaço de troca, um lugar de garantia e compromisso com a educação e as culturas infantis, respeitando todas as crianças de zero a seis anos, meninos e meninas que precisam desfrutar de uma infância feliz, lúdica, digna, com muitas oportunidades, expressões, músicas, movimentos, criatividade [...]

E, finalmente, enfatiza a importância da participação ativa das crianças em diferentes áreas, tanto em outras práticas sociais relevantes quanto como protagonistas de sua própria aprendizagem. Desde a década de 1980, cientistas têm contribuído para a concepção e reconhecimento da criança como sujeito social e autor de sua própria vida. Esses estudos nos deram uma contribuição fundamental para repensar o papel que a criança tem diante das demandas da sociedade, que fazem parte do cotidiano infantil (FRIEDMANN, 2018).

Diante disso, é uma opinião óbvia, mais prática do que teórica, que sua essência se dará na ação, na interação, principalmente na infância, diante dos inúmeros questionamentos sobre o mundo, a vida e as pessoas que os púberes fazem, e por este fato ser um momento extremamente importante na vida de cada pessoa no que diz respeito à conscientização sociocultural, desde então exige uma postura crítica e ativa, valoriza sua expressão (FREIRE, 2015).

Porque segundo o dicionário de Paulo Freire: Essa perspectiva de educação em relação ao mundo e aos outros exige a consciência da incompletude, o reconhecimento do condicionamento histórico pela busca da autonomia, o sentido da solidariedade existencial, a humildade, a tolerância e a não doação. a luta pelos direitos da criança (STRECK et al., 2010, p. 138).

A educação é, portanto, uma forma de intervenção no mundo, que se conjuga com a ideia de protagonismo infantil, que mostra que as crianças são agentes importantes na sociedade e são capazes de remodelar o mundo que as rodeia. E além do aspecto transformacional da educação, ela também é política, um processo de conhecimento, formação política por meio da transformação e reinvenção (FREIRE, 2003).

Em suma, a questão do protagonismo ao longo da obra de Freire encontra-se ao longo de toda a sua obra, mas encontra-se mais fortemente, por exemplo, em: 1. "A educação como prática da liberdade". 2. "Educação e Iluminismo: Expansão Rural". 3. "Educação e Mudança". 4. Pedagogia do oprimido. 5. "Pedagogia da Autonomia" e entre outras obras por ele publicadas, pois o referido autor é autor de mais de 30 obras que

lutam contra a educação que absolutiza a ignorância, impede que essa minoria se integre e até se veja como sujeito que faz é impotente, desacreditado, desinformado e passivo; Freire sugere então novos rumos para a educação, o que se torna problemático, e também aponta para a promoção do Protagonismo (FLEURI, 2001).

A BNCC defende a aplicação do conhecimento na vida real, a importância do contexto que dá sentido ao que se aprende e o papel do aprendiz, tanto na aprendizagem quanto na construção de seu projeto de vida. A escola é um local onde as crianças se desenvolvem diariamente, aprendem sobre si mesmas e estabelecem relações com os outros. Desde os primeiros anos, os alunos aprendem muito mais do que o conteúdo ensinado pelos educadores. Quando falamos de aluno, nos deparamos com aprendizado e protagonismo e percebemos que existe uma ligação entre os três; não dá para falar de apenas um porque eles estão fortemente ligados pela Base.

O papel do aluno é centrado deve garantir a aprendizagem, e por isso o professor deve respeitar as especificidades dos alunos e observá-los constantemente. O educador, além de mediador do conhecimento, tem a função de estimular a curiosidade do aluno para estimular o protagonismo. Vivemos em um mundo onde as crianças chegam à escola com muita bagagem de conhecimentos prévios e os educadores muitas vezes não sabem como desenvolver um trabalho onde esse conhecimento seja valorizado e acabam exigindo apenas aprendizado dos alunos, mais importante do que exigir uma resposta é estimular as perguntas que fazemos aos alunos, por exemplo, para encontrar e interpretar resultados de pesquisas, ou para casos práticos de aplicação do que aprendemos.

A base curricular comum nacional contém propostas de apoio ao protagonismo dos alunos desde a educação infantil até os últimos anos do ensino fundamental. Na primeira etapa da educação básica, a BNCC garante à criança seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer. Nessa fase, é preciso garantir que os alunos exerçam seu protagonismo tanto na criação quanto na realização das atividades cotidianas em sala de aula, na escolha de

jogos, materiais e ambientes, desenvolvendo linguagens e desenvolvendo conhecimentos.

É importante estimular cada aluno a experimentar soluções, tirar dúvidas e interagir, em um processo muito mais ligado às possibilidades que abrem as interações das crianças do que a um cenário de aprendizagem elaborado apenas pelo educador. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o trabalho deve continuar a partir de experiências de educação infantil com valorização de situações absurdas de aprendizagem. A intenção é que a escola proporcione às crianças e adolescentes um ambiente, projetos e procedimentos pedagógicos favoráveis para o desenvolvimento cada vez maior de sua autonomia. Essa autonomia vale tanto para a gestão dos próprios estudos quanto para a atuação em sociedade e para a construção do projeto de vida.

Pode até parecer paradoxal propor uma revisão dos procedimentos pedagógicos pautados no protagonismo infantil (ligado dialeticamente ao protagonismo dos adultos) diante da precariedade material e simbólica das escolas, da desvalorização dos professores, enfim muitos problemas. e os desafios enfrentados pelas instituições, escolas e seus profissionais. No entanto, confirmamos a tese de Guimarães (2017, p. 275): "Acreditamos que por mais que nossa jornada esteja saturada de incertezas e adversidades, nos parece razoável propor a possibilidade de descobrir possibilidades, encontrar nichos para nossas ações e criar experiências inovadoras em vez de continuar no seco e no escuro".

Nesse sentido, consideramos importante, juntamente com os sujeitos das escolas do campo, problematizar a realidade desse contexto de vida e educação que nele se dá, tecer uma crítica adequada, revelar contradições em massa, assim como fizemos com as crianças na trilha investigativa. No entanto, nosso propósito não se limita a isso. Pelo contrário, pretendemos entrar no campo da prática e contribuir para a transformação de aspectos da realidade, mesmo em contextos mais específicos; por isso, convidamos as crianças e os adultos que compõem as comunidades escolares dos Assentamentos do Pontal do Paranapanema, localizadas no interior do estado de São Paulo, a pensarem o contexto rural e o ambiente educacional, desde o arranjo físico até as relações e ações

que acontecem no dia a dia, eles estão atentos aos aspectos que compõem esse espaço, que se constrói constantemente.

Sem perder a dimensão macrossocial, que condiciona também a sua (re)organização, centraremos a nossa discussão no micro. Esta proposta foca-se nas relações criadas ao nível microestrutural que criam um determinado espaço escolar, pois acreditamos que a política é implementada localmente. O lugar revela amplamente as contradições do mundo, mas também há espontaneidade, criatividade, resistência, transgressões. Não pretendemos advogar uma atitude formidável em relação ao saber e à prática, pois o campo está saturado desse tipo de atitude, e a educação do campo busca combatê-la. Nossa proposta corresponde às considerações de Oliveira, Rosa e Silva (2005, p. 364) de que “a escola precisa de uma parceria mais efetiva com a universidade no sentido de ajudá-la a se fortalecer como espaço efetivamente formativo”.

Vale ressaltar que conceber e ponderar uma ação educativa, “no que diz respeito aos desafios da sua concretização para a criação de uma escola de qualidade pedagógica e social”. Partindo dos pressupostos da educação do campo, da pesquisa sobre a realidade das comunidades e escolas e do olhar das crianças, traçaremos uma proposta de organização das práticas pedagógicas, a partir do protagonismo das crianças, documentado em pesquisas em tela e com base nos pressupostos da sociologia da infância.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho foi de cunho qualitativo com base na pesquisa bibliográfica trazendo informações relevantes ao leitor, à pesquisa está na expectativa de demonstra **EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafios e possibilidades na promoção do protagonismo infantil nos anos iniciais do ensino fundamental**, sendo assim o processo de aprendizagem sobre o assunto está em revolução para que alcance os objetivos de um ensino de qualidade com profissionais da área e mostrando os autores significativos para o leitor referente ao tema.

CONCLUSÃO

Concluiu-se o presente artigo demonstrando que a educação do campo no Brasil ainda apresenta contextos/conteúdos/metodologias fragmentados, não trabalha com a realidade vivenciada pelo aluno e transpõe informações descontextualizadas, avaliando suas particularidades (sociais, culturais, políticas, econômicas, de gênero e étnicas). Banaliza o conhecimento do sujeito inserido nesse contexto e coloca o indivíduo em uma realidade que não é a sua.

Neste estudo, enaltece-se especificamente as ações autônomas da criança em seu meio e enfatizamos sua participação ativa na sociedade - escolar e social, pois, como foi apresentado, a criança também é pessoa com suas historicidades e, conseqüentemente, protagonista de sua vida. própria história da realidade. Portanto, o professor não deve limitá-los e preenchê-los com seu conhecimento. Portanto, um novo olhar sobre a educação e o desenvolvimento da autonomia da criança é de extrema importância.

Com base nas pesquisas aqui apresentadas, acreditamos ser fundamental que os educadores revejam suas práticas educativas e o sentido de seu trabalho. Espera-se que este estudo proporcione novas pesquisas, uma compreensão mais próxima do protagonismo e das opções multidimensionais de intervenção para profissionais diretos e comunidade em geral no campo da educação como um todo.

O desenvolvimento deste estudo possibilitou explicar a infância em uma perspectiva atípica do que se espera deste público. Quando estudamos o protagonismo e sua aplicabilidade no contexto escolar, fica claro que ainda existem desafios para efetivar a participação ativa da criança em seu meio.

Através desta pesquisa, foi possível responder a todos os objetivos traçados como meta para o tema em questão. Inicialmente, o objetivo geral de tentar explorar a importância da aplicabilidade do protagonismo infantil no ambiente escolar foi alcançado, pois todo um corpo de conhecimento foi desenvolvido por meio de objetivos específicos para atingir esse objetivo geral.

Construir uma visão positiva/afirmativa do campo como lugar de possibilidades, identidades e ricas manifestações culturais a partir de práticas e saberes disseminados na escola. É uma construção que precisa ser feita com todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar: alunos, professores, demais profissionais, famílias, comunidade, pois é por meio deles que a concepção depreciativa do campo e de seus sujeitos que ainda povoam a imaginação pode ser mudada.

É importante enfatizar a interdependência entre o campo e a cidade e enfatizar as relações sociais, econômicas, culturais e políticas que se estabelecem entre esses espaços. Nesse sentido, a escola pode contribuir para o fortalecimento da identidade camponesa, fortalecendo o sentimento de pertencimento das crianças à sua cultura como sujeitos que dela se apropriam e ao mesmo tempo ajudam a ressignificá-la.

É importante que as práticas pedagógicas ofereçam às crianças e demais integrantes da localidade condições de dar sentido à sua realidade. A forma como os professores lidam com os conteúdos escolares do campo também contribui para o fortalecimento ou não dessa identidade. Além das constantes que possibilitam a continuidade da vida no campo, é preciso problematizar as mudanças trazidas pelo processo de transformação gradual e acelerada da sociedade.

REFÊRENCIAS

- ARROYO, Miguel González. *A Educação Básica e o Movimento Social do Campo*. Brasília/DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999.
- BRASIL. Base nacional comum curricular. Brasília. Senado Federal, 2018.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Câmara de Educação Básica. Brasília/DF, 2008.

- BRASIL. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Câmara de Educação Básica. Brasília/DF, 2008.
- FLEURI, R. M. Educar para que? Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FREIRE, P. Educação e esperança. In: Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2003.
- FRIEDMANN, A. ESCUTA E OBSERVAÇÃO DE CRIANÇAS: processos inspiradores para educadores. Centro de Pesquisa e Formação Sesc. São Paulo, 2018.
- GUIMARÃES, Iara. Possibilidades criativas no ensino de geografia: diferentes registros e linguagens na sala de aula. In: GUIMARÃES, Selva (Org.). Ensino fundamental: conteúdo, metodologias e práticas. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.
- LEITE, Sérgio Celani. Escola Rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec; 2006.
- SOUZA, Neli Pereira; REIS, Rosini Mendes. Educação do Campo Prática Pedagógica. Faculdades Integradas do Vale do Ivaí - Univale / Instituto de Estudos Avançadas e Pós-Graduação - Especialização. Monografia de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Geografia e História. Umuarama/PR, 2009.
- STRECK, D. R.; REDIN E.; ZITKOSKI J. J. (Orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.